

O RURAL E O URBANO NA SOCIEDADE BRASILEIRA: RELEITURA E ATUALIZAÇÃO DE DADOS

SILVA, Antônia Karla da⁸⁷; SALVADOR, Bárbara⁸⁸; SILVA, Célio Souza⁸⁹; MARTINS, Gabriella Granel⁹⁰; MACHADO, Mateus Luiz da Silva⁹¹; FAUSTINO, Patrícia Vieira Faustino⁹²; PESSOA, Marcelo⁹³

RESUMO: A presente resenha crítica fez parte das exigências de aprovação na disciplina Português Instrumental, cursada durante o 2º período do ano letivo de 2018. Por meio de uma revisão bibliográfica, o GT (Grupo de Trabalho) realizou uma atualização de dados de pesquisa social, agrária e de ocupação urbana junto ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Nesta atividade, pode-se verificar comparativamente, em face de um recorte temporal de cinquenta anos, que houve uma efetiva evolução crescente e conseqüente modificação do status da ocupação territorial, em hábitos de consumo e hábitos de vida. E, ainda que nosso texto não seja capaz de expressar fielmente os fundamentos de nossas descobertas, é correto afirmar que esta prática de pesquisa e de escrita contribuiu intensamente para a formação discente. Vale dizer ainda, que o trabalho se concluiu com uma apresentação oral dos dados coletados.

PALAVRAS-CHAVE: Ocupação do espaço, Rural, Urbano, Gestão de recursos.

ABSTRACT: This critical review was part of the approval requirements in Portuguese Instrumental, discipline accomplished during the second period of the school year of 2018. Through a literature review, the WG (working group) held a social research update, and agrarian urban occupation by the IBGE (Brazilian Institute of geography and statistics). In this activity, you can check by comparison, in the face of a timeframe of 50 years ago, that there was an effective growing evolution and consequent modification of territorial occupation, status in consumption habits and lifestyles. And, although our text is not able to express faithfully the fundamentals of our findings, it is fair to say that this practice of writing and research has contributed strongly to the student training. It is worth saying that the work concluded with an oral presentation of the collected data.

KEYWORDS: Occupation of space, Rural, urban, resource management.

⁸⁷ Discente do Curso de Administração da UEMG, Unidade Frutal.

⁸⁸ Discente do Curso de Administração da UEMG, Unidade Frutal.

⁸⁹ Discente do Curso de Administração da UEMG, Unidade Frutal.

⁹⁰ Discente do Curso de Administração da UEMG, Unidade Frutal.

⁹¹ Discente do Curso de Administração da UEMG, Unidade Frutal.

⁹² Discente do Curso de Administração da UEMG, Unidade Frutal.

⁹³ Sociolinguísta, docente da UEMG, Unidade Frutal, com Doutorado em Letras pela UEL e Pós-doutorado em Divulgação Científica pela USP.

Uma notável mudança no aspecto rural e urbano se intensificou no Brasil nos últimos dois séculos, transformação por meio da qual são observadas grandes transformações econômicas e sociais. O país deixou de ser predominantemente rural e agrário, para se tornar uma sociedade urbana, com predominância econômica da indústria e do setor de serviços.

Tal fato já aparece nos dados de 1950, que mostravam que um pouco mais de 1/3 dos brasileiros viviam em domicílios urbanos, passando para mais da metade em 1970, e para mais de 3/4 em 1991. Essa mudança do campo para a cidade ocorreu por vários fatores, tais como a substituição do homem pela máquina no campo, o que contribuiu ainda para o desemprego do mesmo.

Documentos de 2000 evidenciam que 81% dos brasileiros residiam nas cidades, essa mudança de pessoas do campo para a cidade fez com que estas, por sua vez, buscassem conhecimentos, já que a maioria não possuía um bom grau de escolaridade ou pouca especialização. Esse fator é importante, pois sem estes recursos elas ficariam desempregadas ou conseguiriam um emprego com um salário muito baixo.

Em 2010, o censo já mostrava que, no período de 2000 a 2010, 5,6 milhões de brasileiros deixaram o meio rural, o que acarretou numa grande taxa de urbanização no país. Na década de 70, intensificaram-se a instalação da indústria de bens de capital e os investimentos em infraestrutura de transporte, comunicação e energia, e foram implantadas as indústrias de alta tecnologia, como a bélica, a aeronáutica, a de informática e a nuclear.

O ritmo do crescimento industrial e os investimentos deixaram de se expandir nos anos 80, privilegiando projetos de modernização tecnológica e gerencial.

A infraestrutura de transporte se caracterizou como importante condutora desse crescimento e do desenvolvimento econômico e social no Brasil. Ademais, os setores rodoviário, ferroviário, portuário e aéreo têm contribuído para reduzir a competitividade de produtos e serviços, porém com um patamar de inversão muito baixo entre os anos de 2010 e 2013.

Dados de 2014 a 2016 mostraram que a tendência de investimentos na infraestrutura de transporte seguia uma linha crescente, mas ainda não o suficiente para fazer face às deficiências e necessidades do setor. As privatizações provocaram uma onda de embates políticos, pois grandes empresas-símbolos da modernização brasileira e pertencentes a setores econômicos estratégicos foram vendidas a preços relativamente baixos. Ao seu turno, a iniciativa privada era vista com bons olhos para certa parcela da população, mesmo que esta gerasse certa desnacionalização, pois grande parte dos investidores advindos dela é formada por estrangeiros que têm um maior poder financeiro.

Em 1970, 44% da PEA (População Economicamente Ativa) ocupada estava no setor primário, 18% no secundário e 38% no terciário, enquanto que, em 1990, essa distribuição correspondia a 23% e 55%, respectivamente. A PEA revela o conjunto de dados para estabelecer estatísticas sobre as características socioeconômicas espaciais de um país, ou seja, PEA é a população empregada ou que possui condições de trabalhar e que realiza algum esforço para isso.

Desse modo, vê-se que, em 2004, 84,6 milhões de brasileiros que trabalhavam estavam distribuídos em 21% no setor primário, 21% no secundário e 58% no setor terciário. Isso evidencia a curva crescente no setor terciário, este que, por sua vez, envolve as provisões de serviços, tanto para negócios quanto para consumidores finais, como transportes, vendas e distribuição de bens. De acordo com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010, a PEA neste ano compreendia 63,05% da população, apesar de esse número não considerar aqueles que não trabalham com contrato formal ou carteira assinada. Ainda segundo o IBGE, do total da população ativa no Brasil, pouco mais de 20% encontram-se no setor primário, 21%, no setor secundário; e 59%, no setor terciário. A PEA feminina brasileira tem-se ampliado continuamente: 31%, em 1980, 36%, em 1991, e 44%, em 2000. No Estado de São Paulo, a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho cresceu de 47% para 51%, entre 1994 e 1998.

O mercado de trabalho está em constante mudança devido à inovação e ao aumento da mobilidade e informalidade, as mulheres têm ganhado, no

último século, maior destaque na PEA, mas isso não significa que as mesmas desfrutem de salários maiores do que os dos homens.

Em 2010 os dados indicam que somente 94,3 milhões de brasileiros eram economicamente ativos, a participação de homens declinou de forma contínua, enquanto a participação feminina apresentou uma elevação de quase 7%, aumentando a fração de mulheres no mercado de trabalho. Em 2016, as mulheres ocuparam 44% das vagas de emprego, e vale importante ressaltar que o rendimento médio, em 2010, era de R\$1.587 para os homens, e de R\$1.074 para as mulheres, estas que foram menos afetadas pelo desemprego entre 2012 e 2016.

O êxodo rural resultante da migração da população rural para os centros urbanos ocorre com o objetivo de garantir melhores condições de vida. Um estudo destaca estatísticas sobre a população urbana e rural que desenham o perfil do Brasil no início do novo século. Dados IBGE mostram que no ano de 2000, 81,25% da população brasileira morava em cidades contra 18,75% que morava em zonas rurais.

Por sua vez, o êxodo rural pode gerar consequências, como o descontrole dessa nova população que não tem estrutura de moradia, o que pode resultar na aparição de bairros desestruturados ou favelas. Esta nova população também pode ficar desempregada por conta da falta de qualificação profissional, já que os jovens do meio rural não acreditam na perspectiva de desenvolvimento naquele meio, especialmente quando se deparam com as grandes oportunidades de emprego e educação nas cidades.

Segundo dados do censo de 2010, 29.852.986 de pessoas viviam em áreas rurais no país, o que representava 15,65% da população, enquanto que a população urbana somava 160.879.708, ou seja, 84,35% da população. A Região Sudeste é a mais urbanizada do país, representando 92,9% de grau de urbanização. Os estados que possuem os menores percentuais de população vivendo em áreas urbanas estão concentrados nas regiões Norte e Nordeste, sendo que Maranhão (63,1%), Piauí (65,8%) e Pará (68,5%) apresentam índices abaixo de 70%. A projeção é a de que, até 2020, haverá o fim do êxodo rural no Brasil, com 90% da população vivendo em áreas urbanas, contra 10%

nas áreas rurais, dados impressionantes se comparados aos de 1940, em que 70% da população moravam no campo.

A urbanização no final do século XXI constitui-se num fenômeno global, relatórios mundiais mostram que cerca de dezenove megacidades no mundo possuíam mais de 10 milhões de habitantes em 2004. Este grande número revela que uma porcentagem de pessoas recorrem à ocupação de loteamentos clandestinos, irregulares ou favelas. Em Curitiba, dados indicam que existem vinte e uma mil e quinhentas famílias morando em áreas de ocupação irregulares. Na região metropolitana, incluindo a capital, existem 200 áreas de moradia consideradas irregulares. Destas, 59 estão sob ação judicial, sendo que 10 ações já estão encaminhadas para despejo.

Isso acaba mostrando que a urbanização também se resume na urbanização da pobreza. Nessas áreas não há uma coleta de esgoto adequada, quando há o esgoto é despejado *in natura* nos rios e mares e também não há a coleta de lixo. Ao todo, 8,3 milhões de pessoas, em 2010, vivam em áreas de risco no Brasil, segundo o IBGE. Estes números equivalem à população do Pará. Estas pessoas estavam expostas a desastres naturais, como deslizamentos de terra e inundações e, com base nestes números, a região sudeste tem grande parte do número dessas pessoas com moradia irregular, cerca de 4,3 milhões, enquanto que em Salvador, o número da população exposta a riscos de desastres é de 45,5%.

A concentração de terras, no campo e na cidade, é gravíssima. Apenas os 20 maiores proprietários rurais têm, juntos, 20.219.412 hectares de terra no país, o equivalente aproximado a todo o território do Estado de São Paulo. Por outro lado, são 4 milhões e 600 mil famílias rurais sem-terra. Entre os trabalhadores rurais, há mais de 25 mil casos de pessoas em regime de trabalho escravo em nosso país, em sua maior parte, comprovados e documentados internacionalmente pela OIT (Organização Internacional do Trabalho).

A reforma agrária é um sistema em que ocorre a divisão de terras, ou seja, propriedades particulares (latifúndios improdutivos) são compradas pelo governo, a fim de lotear e distribuir para famílias que não possuem terras para

plantar. De 2003 para 2010 houve um aumento de propriedade das famílias rurais. Em 2010, passou a ser de 5 milhões e 160 mil. Porém, observa-se que as propriedades pequenas diminuíram, enquanto que as grandes propriedades, acima de mil hectares aumentaram. Em 2003, 51,6% das propriedades eram acima de mil hectares, e em 2010 essa porcentagem cresceu para 56,1%.

Até 2016, mais de 50 mil trabalhadores foram libertados de situações análogas a de escravidão em atividades econômicas nas zonas rural e urbana. Do total de conflitos, 1295 estão relacionados à luta pela terra, incluindo desde situações de despejo e ameaça até os casos de morte. Além disso, houve 69 conflitos referentes a questões trabalhistas, sendo 68 deles somente ocorrências de trabalho escravo. Estabelecimentos com menos de 10 hectares representam cerca de 47% do total das propriedades brasileiras, mas ocupam menos de 23% da área rural total.

O estudo agrupou os municípios de acordo com a relevância agropecuária: 1% com maior concentração de terras os 19% seguintes e os 80% restantes, com base no último Censo Agropecuário do IBGE de 2006 e o IBGE Cidades, de 2010.

REFERÊNCIAS

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia científica*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em ciências sociais e humanas*. São Paulo: Cortez, 2006.

Sites

<https://www.ibge.gov.br/>

<http://www.ilo.org/brasilgia/lang--es/index.htm>